



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 8\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS				
As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$
Apêndices — anual, 600\$				
Preço avulso — por página, \$50				
A estes preços acrescem os portes do correio				

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado e efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Conselho da Revolução:

Portaria n.º 744/76:

Reduz o tempo mínimo, contado desde a promoção a segundo-tenente, necessário para a promoção a capitão-tenente da classe de fuzileiros dos primeiros-tenentes que nesta ingressaram no ano de 1969 do período de tempo indispensável, em cada caso, para referir a satisfação dessa condição a uma mesma data — 29 de Janeiro de 1975.

Portaria n.º 745/76:

Altera vários pontos da Portaria n.º 368/76, de 16 de Junho (Regulamento dos Conselhos das Armas e Serviços do Exército). — Revoga o ponto 3.1.3 do título 1 da mesma portaria.

Presidência do Conselho de Ministros:

Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento de Encargos Gerais da Nação.

Ministérios do Plano e Coordenação Económica, das Finanças e da Indústria e Tecnologia:

Decreto-Lei n.º 850/73:

Transforma em empresa pública Estaleiros Navais de Viana do Castelo, E. P., a sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo e aprova o seu estatuto.

Ministérios do Plano e Coordenação Económica e do Comércio e Turismo:

Despacho ministerial:

Revoga o despacho do Ministro do Comércio Interno de 4 de Fevereiro de 1976, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 37, de 13 de Fevereiro de 1976.

Ministério da Justiça:

Decreto-Lei n.º 851/76:

Estabelece normas relativas à validade dos bilhetes de identidade emitidos nas ex-colónias.

Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

Ministério dos Assuntos Sociais:

Despacho:

Define critérios para a aplicação do despacho ministerial de 29 de Agosto de 1975, publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 206, de 6 de Setembro de 1975, sobre a distribuição de receituário médico.

Região Autónoma da Madeira:

Assembleia Regional:

Resolução n.º 4/76:

Solicita ao Conselho da Revolução a declaração da inconstitucionalidade das normas elaboradas pelo Governo Central no tocante às novas tabelas de fretes marítimos entre o continente e a Madeira.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 744/76

de 17 de Dezembro

Considerando que da aplicação do tempo mínimo fixado no artigo 148.º do Estatuto do Oficial da Armada (EOA), no caso das promoções ao posto de capitão-tenente da classe de fuzileiros, resultaria necessariamente uma alteração do ordenamento dos oficiais a promover para o preenchimento das vacaturas existentes no respectivo quadro;

Tendo em conta o estabelecido no § 1.º do artigo atrás citado:

Manda o Conselho da Revolução, pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, reduzir o tempo mínimo, contado desde a promoção a segundo-tenente, necessário para a promoção a capitão-tenente da classe de fuzileiros dos primeiros-tenentes que nesta ingressaram no ano de 1969 do período de tempo indis-

pensável, em cada caso, para referir a satisfação dessa condição a uma mesma data — 29 de Janeiro de 1975.

Estado-Maior da Armada, 22 de Novembro de 1976. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Augusto Souto Silva Cruz*, vice-almirante.

Estado-Maior do Exército

Portaria n.º 745/76 de 17 de Dezembro

Manda o Conselho da Revolução, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 402/76, de 27 de Maio, o seguinte:

1. A Portaria n.º 368/76, de 16 de Junho, é alterada nos seguintes pontos:

TÍTULO I

Da missão

2.2 — Colaborar com o Conselho Superior do Exército (CSE) na apreciação dos oficiais generais e nas promoções a brigadeiro e general e promoções por distinção. Para estes efeitos o CSE deverá agregar a si, como membros de pleno direito, os presidentes dos conselhos das armas e serviços de posto igual ou superior ao dos militares em apreciação.

2.3 — Dar parecer sobre a reintegração de militares reabilitados através da revisão de processos disciplinares ou criminais, bem como em virtude de lei especial.

2.4 — Dar parecer sobre o regresso ao serviço do pessoal que o requeira, estando na situação de reserva ou em qualquer outra, fora do serviço activo.

2.5 — As atribuições das comissões técnicas a que se refere o Decreto-Lei n.º 216/75, de 2 de Maio.

TÍTULO II

Da constituição

5.2 — Conselho da Arma de Artilharia:

Director da arma;
1 coronel;
1 tenente-coronel;
3 majores;
4 capitães;
1 subalerno;
10 sargentos.

5.5 — Conselho da Arma de Transmissões:

Director da arma;
5 oficiais do quadro de engenheiros;
3 oficiais do quadro técnico de exploração;
2 oficiais do quadro técnico de manutenção;
5 sargentos de exploração;
3 sargentos mecânicos radiomontadores;
2 sargentos mecânicos de teleimpressor, de telefones e centrais automáticas e de cabos.

5.6 — Conselho do Serviço de Administração Militar:

Director do serviço;
1 coronel;
1 tenente-coronel;
4 majores;
3 capitães;
1 subalerno;
9 primeiros-sargentos;
1 segundo-sargento ou furriel.

5.8 — Conselho do Serviço de Material:

Director do serviço;
1 coronel ou tenente-coronel engenheiro;
1 tenente-coronel ou major do serviço técnico de manutenção (STM);
1 major engenheiro;
1 capitão ou subalerno engenheiro;
1 capitão STM (auto);
1 capitão STM (eléctrico);
1 capitão STM (armamento);
1 capitão ou subalerno STM (auto);
1 capitão ou subalerno STM (armamento);
1 subalerno STM (eléctrico);
3 sargentos do ramo eléctrico, radioeléctrico e electrotécnico;
3 sargentos do ramo auto;
2 sargentos do ramo armamento;
2 sargentos artífices.

TÍTULO III

Do funcionamento

4 — No caso de impedimento de algum membro efectivo que se preveja prolongado, o presidente convocará imediatamente o membro suplente mais votado para aquela posição no conselho e apenas durante o impedimento daquele.

5 — O director da arma e serviço, membro nato e presidente do respectivo conselho, é substituído:

5.1 — Quando atingir o limite de idade;

5.2 — Se o conselho propuser a sua substituição por maioria de dois terços do conselho reunido na totalidade dos seus membros e tal for homologado pelo CEME;

5.3 — Se for reconhecida a necessidade da sua nomeação para outras funções;

5.4 — Se for exonerado das suas funções a seu pedido.

7.1.1 — As comissões só podem funcionar validamente desde que estejam presentes quatro quintos da totalidade dos seus membros.

7.4 — A apreciação dos oficiais generais será feita pelo Conselho Superior do Exército (CSE), ao qual compete também pronunciar-se sobre as promoções a brigadeiro e general e promoções por distinção.

Para estes efeitos o CSE deverá agregar a si, como membros de pleno direito, os presidentes dos conselhos das armas e serviços de posto igual ou superior ao dos militares em apreciação.

TÍTULO IV

Das eleições

3.2.2 — Distribuir os boletins de voto, acompanhados do presente Regulamento e da lista global dos elegíveis e eleitores.

TÍTULO V

Do apuramento

5.3.1 — Parcialmente — a falta de nome ou identificação duvidosa numa das posições do boletim de voto, o que corresponde a uma abstenção ou voto nulo para essa posição.

5.5 — Os casos de empate são resolvidos dentro das seguintes condições prioritárias:

- Não estar nomeado para missões demoradas fora de Portugal;
- Pertencer a uma unidade ou estabelecimento sem outro militar eleito;
- Pertencer à região militar ou CTI com menor número de elementos eleitos;
- Ser o mais moderno.

TÍTULO VI

Da proclamação do resultado

1 — O apuramento da eleição de cada conselho é comunicado ao Gabinete do Chefe do Estado-

-Maior do Exército (Gab./CEME) pelas respectivas comissões de voto, em acta lavrada da eleição.

2. Após a homologação do CEME, o Gab./CEME difunde os resultados da eleição, indicando os membros efectivos e suplentes para cada conselho, o que será publicado em *Ordem do Exército*.

TÍTULO VII

Disposições finais

1 —

1.1 —

1.2 — A pedido, justificado, de um ou mais conselhos.

3 — Qualquer membro de um conselho poderá solicitar a exoneração das suas funções em requerimento dirigido ao CEME, no qual exporá as razões que fundamentam o seu pedido.

O requerimento, devidamente informado pelo director da arma ou serviço, ouvido o respectivo Conselho, será enviado ao Gabinete do CEME.

3.1 — O CEME poderá exonerar das suas funções qualquer membro de um conselho, por motivos disciplinares, ouvido o respectivo Conselho ou por proposta deste.

2. É revogado o ponto 3.1.3 do título I da mesma portaria.

Estado-Maior do Exército, 22 de Novembro de 1976. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Vasco Joaquim Rocha Vieira*, general.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ENCARGOS GERAIS DA NAÇÃO

1.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 520/76, de 5 de Julho:

Capítulos	Artigos	Números	Alineas	Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Referência à autorização ministerial
1.º				<p>Despesa ordinária</p> <p>Presidência da República</p> <p>Secretaria-Geral da Presidência da República</p> <p>Despesas correntes</p>			
	12.º 15.º	3		Remunerações por serviços auxiliares	250 000\$00	—\$—	(a)
				Bens não duradouros:			
				Consumos de secretaria	400 000\$00	—\$—	(b)
2.º				<p>Conselho da Revolução</p> <p>Serviços de Apoio do Conselho da Revolução</p> <p>Despesas correntes</p>			
	35.º	1		Despesas gerais de funcionamento:			
				Encargos próprios das instalações	—\$—	300 000\$00	(c)

Capítulos	Artigos	Números	Alineas	Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Referência à autorização ministerial
2.º	36.º	2		Outras despesas correntes: Gastos confidenciais ou reservados	300 000\$00	-\$	(c)
3.º				Presidência do Conselho de Ministros Gabinete do Primeiro-Ministro Despesas correntes			
	60.º	1		Vencimentos e salários:			
				Vencimentos:			
			1	Pessoal dos quadros aprovados por lei	-\$	350 000\$00	(a)
			2	Vencimentos nos termos do Decreto-Lei n.º 13/70, de 14 de Janeiro	-\$	650 000\$00	(a) (b)
	71.º			Conservação e aproveitamento de bens	350 000\$00	-\$	(a)
				Secretaria de Estado do Ambiente Gabinete do Secretário de Estado Despesas correntes			
	80.º			Remunerações por serviços auxiliares	-\$	15 000\$00	(d)
	85.º			Despesas gerais de funcionamento:			
		6		Locação de bens	15 000\$00	-\$	(d)
				Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros Despesas correntes			
	122.º	4		Outras despesas correntes: Para despesas resultantes de diplomas que alterem a estrutura dos Ministérios, para satisfação das quais não existem verbas adequadas inscritas no Orçamento Geral do Estado	7 000 000\$00	-\$	(e) (f)
4.º				Representação Nacional Assembleia da República Secretaria-Geral da Assembleia da República Despesas correntes			
	125.º	1		Vencimentos e salários:			
				Vencimentos:			
			1	Pessoal dos quadros aprovados por lei	-\$	2 000 000\$00	(e)
		3		Salários do pessoal eventual	-\$	140 000\$00	(a)
	136.º	7		Despesas gerais de funcionamento: Trabalhos especiais diversos	140 000\$00	-\$	(a)
5.º				Despesas comuns			
	139.º			Subsídios de férias e de Natal	-\$	5 000 000\$00	(f)
					8 445 000\$00	8 455 000\$00	

(a) Despacho de 1 de Outubro de 1976. Acordo prévio de 28 de Outubro de 1976.

(b) Despacho de 4 de Outubro de 1976. Acordo prévio de 28 de Outubro de 1976.

(c) Despacho de 28 de Outubro de 1976.

(d) Despacho de 8 de Novembro de 1976.

(e) Despacho de 28 de Outubro de 1976. Acordo prévio de 28 de Outubro de 1976.

(f) Despacho de 17 de Novembro de 1976.

1.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 25 de Novembro de 1976. — O Director, Manuel Marques de Almeida.

**MINISTÉRIOS DO PLANO E COORDENAÇÃO
ECONÓMICA, DAS FINANÇAS
E DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA**

Decreto-Lei n.º 850/76

de 17 de Dezembro

Tornando-se necessário instituir como empresa pública os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nacionalizados nos termos do Decreto-Lei n.º 478/75, de 1 de Setembro, e dotá-los dos respectivos estatutos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. É criada a empresa pública Estaleiros Navais de Viana do Castelo, E. P., abreviadamente designada por ENVC, a qual se regerá pelo estatuto publicado em anexo a este decreto-lei e que dele faz parte integrante.

2. A ENVC é uma pessoa colectiva de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual se rege pela lei aplicável às empresas públicas, pelo estatuto anexo, que faz parte integrante do presente diploma, e subsidiariamente pelas normas de direito privado.

Art. 2.º — 1. É transferida para a ENVC a universalidade dos bens, direitos e obrigações da empresa que, nos termos do Decreto-Lei n.º 478/75, de 1 de Setembro, assumiu a posição jurídica da sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. R. L., nacionalizada pelo mesmo diploma.

2. As transmissões previstas no número anterior operam-se por virtude do presente diploma, que servirá de título suficiente para todos os efeitos legais, inclusive o do registo.

3. As mesmas transmissões serão registadas mediante averbamento e ficam isentas de todos os impostos, taxas e emolumentos.

Art. 3.º — 1. Transitam para a ENVC, independentemente de quaisquer formalidades, os trabalhadores que, de harmonia com o Decreto-Lei n.º 478/75, de 1 de Setembro, hajam transitado para a empresa nacionalizada ou tenham sido admitidos por ela posteriormente a esta data e estejam efectivamente ao serviço da empresa à data da publicação do presente decreto-lei.

2. Os trabalhadores de que trata este artigo transitam para a ENVC integrados nos quadros de origem e com os direitos e obrigações emergentes da respectiva situação nesses quadros.

3. Os direitos mencionados no número anterior não prejudicam a faculdade de o conselho de gerência proceder à conversão dos quadros que se vier a considerar conveniente.

Art. 4.º Os poderes de tutela do Governo sobre a ENVC são exercidos pelo Ministério da Indústria e Tecnologia.

Art. 5.º As dúvidas que suscitarem a interpretação à aplicação do presente diploma e do estatuto a ele anexo serão resolvidas por despacho do Ministro da Tutela ou por despacho conjunto deste e dos Ministros competentes em razão da matéria quando a dúvida a resolver respeitar a mais de um Ministério.

Art. 6.º O presente decreto-lei entra em vigor e tem plena eficácia na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Mário Soares.*

Promulgado em 30 de Novembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

**ESTATUTO DA EMPRESA PÚBLICA
ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DO CASTELO**

CAPÍTULO I

Disposições fundamentais

SECÇÃO I

Da denominação, natureza e sede

Artigo 1.º

(Denominação e natureza)

1. Estaleiros Navais de Viana do Castelo, abreviadamente designada por ENVC, é uma empresa pública com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

2. A capacidade jurídica da ENVC abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objecto.

Artigo 2.º

(Sede e representação)

1. A ENVC tem a sua sede em Viana do Castelo.

2. A ENVC poderá estabelecer delegações ou qualquer tipo de representação onde for considerado necessário, mesmo em território estrangeiro.

SECÇÃO II

Do objecto

Artigo 3.º

(Objecto principal)

1. A ENVC tem por objecto principal a indústria de construção e reparação naval.

2. A ENVC poderá também exercer actividades no domínio das indústrias de metalurgia e metalomecânica e ainda outras que venham a ser consideradas de interesse para a empresa.

SECÇÃO III

Do capital estatutário

Artigo 4.º

(Capital estatutário)

1. O capital estatutário será fixado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Indústria e Tecnologia, por proposta do conselho de gerência a apresentar no prazo de noventa dias, a contar da data da entrada em vigor deste diploma.

2. O capital estatutário poderá ser aumentado por:

- a) Entradas patrimoniais do Estado ou de outras entidades públicas;
- b) Incorporação de reservas.

3. O capital estatutário só pode ser aumentado ou reduzido por decisão dos Ministros das Finanças e da Indústria e Tecnologia.

SECÇÃO IV

Do património

Artigo 5.º

(Património)

1. O património inicial próprio da ENVC é constituído pelos valores patrimoniais activos e passivos que pertenciam à empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. R. L., nacionalizada pelo Decreto-Lei n.º 478/75, de 1 de Setembro, e pelos direitos e obrigações adquiridos ou contraídos para ou no exercício da sua actividade.

2. A empresa pode administrar e dispor livremente dos bens que integram o seu património, sem sujeição às normas relativas ao domínio privado do Estado.

Artigo 6.º

(Responsabilidade por dívidas)

Pelas dívidas da ENVC responde exclusivamente o seu património.

Artigo 7.º

(Receitas)

Constituem receitas da empresa:

- a) As receitas resultantes da sua actividade específica;
- b) O rendimento dos bens próprios;
- c) As participações, as dotações e os subsídios não reembolsáveis do Estado ou de outras entidades públicas;
- d) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;
- e) Doações, heranças ou legados que lhe sejam devidos;
- f) Quaisquer outros rendimentos ou valores que provenham da sua actividade ou que, por lei ou contrato ou qualquer outro título, lhe devam pertencer.

CAPÍTULO II

Dos órgãos da empresa

SECÇÃO I

Disposições preliminares

Artigo 8.º

(Órgãos da empresa)

1. São órgãos da empresa:

- a) O conselho de gerência;
- b) A comissão de fiscalização.

2. O Governo assegurará a supremacia do interesse público mediante o exercício dos poderes de tutela estabelecidos no presente Estatuto.

Artigo 9.º

(Responsabilidade civil e criminal)

1. Pelos actos ou omissões dos seus administradores, a ENVC responde civilmente perante terceiros nos mesmos termos em que pelos actos e omissões dos comissários respondem os comitentes, de acordo com a lei geral.

2. Os membros de qualquer dos órgãos da ENVC respondem civilmente perante esta em razão dos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade criminal em que eventualmente incorram os membros dos órgãos da empresa.

SECÇÃO II

Do conselho de gerência

Artigo 10.º

(Composição)

1. O conselho de gerência é composto por três ou cinco administradores.

2. Os administradores, e de entre eles o presidente, são nomeados pelo Conselho de Ministros, mediante proposta do Ministro da Indústria e Tecnologia, com prévia audiência dos trabalhadores.

3. Consideram-se ouvidos os trabalhadores da empresa se estes se pronunciarem nos vinte dias seguintes ao da recepção da lista nominal e respectivas notas bibliográficas que, para os efeitos do número anterior, sejam entregues aos seus representantes.

4. O conselho de gerência, na sua primeira reunião, de entre os membros que o constituem, elegerá um vice-presidente.

Artigo 11.º

(Mandato)

1. O mandato dos membros do conselho de gerência é de três anos, renovável por iguais períodos.

2. O mandato cessa obrigatoriamente logo que qualquer dos membros do conselho de gerência perca a idade fixada para a passagem à reforma dos trabalhadores da empresa.

3. O membro que for nomeado para o conselho de gerência em substituição de outro cujo mandato haja cessado manter-se-á em funções até à data em que terminaria o mandato do substituído.

4. O exercício do mandato não depende de prestação de caução.

Artigo 12.º

(Regime de trabalho)

1. Os administradores exercerão as suas funções em regime de tempo completo.

2. As funções de administrador são incompatíveis com o desempenho de quaisquer outras actividades profissionais, públicas ou privadas, salvo autorização expressa e dada, caso a caso, pelo Ministro da Tutela.

3. Pode, porém, acumular-se com as funções de administrador o exercício de funções de interesse público que, pela sua natureza, o Governo considere conveniente cometer a algum dos administradores.

Artigo 13.º

(Regalias sociais)

Os administradores terão direito às regalias sociais asseguradas aos trabalhadores da empresa em condições idênticas às estabelecidas para estes últimos.

Artigo 14.º

(Abonos e despesas de deslocação)

Os administradores terão direito ao abono das ajudas de custo em vigor na empresa e ao pagamento de despesas de transporte, nos termos que forem fixados pelo conselho de gerência.

Artigo 15.º

(Responsabilidade pela condução da gestão)

Para além da responsabilidade civil em que se constituam perante terceiros ou perante a empresa e da responsabilidade criminal em que incorram, os administradores respondem pela condução da gestão exclusivamente face ao Governo.

Artigo 16.º

(Competência do conselho de gerência)

1. O conselho de gerência terá todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património e que, por força da lei ou do presente Estatuto, não estejam atribuídos a outros órgãos.

2. Compete, em especial, ao conselho de gerência:

- a) Definir e manter actualizadas as políticas e objectivos gerais da empresa e controlar permanentemente a sua execução, designadamente através da apreciação de indicadores adequados;
- b) Deliberar sobre o exercício, modificação ou cessação de actividades acessórias do objecto principal da empresa;
- c) Celebrar contratos-programa com o Estado;
- d) Elaborar os planos plurianuais de actividade e financeiros;
- e) Elaborar o plano anual de actividade e orçamentos anuais de exploração e de investimento e suas actualizações;
- f) Elaborar anualmente o balanço, a conta de exploração e o relatório respeitantes ao exercício anterior, bem como a proposta de aplicação de resultados;
- g) Definir o modo de constituição das provisões e das reservas, bem como o sistema de amortização e reintegração de bens;
- h) Definir a organização da empresa e elaborar os regulamentos internos;
- i) Deliberar sobre a criação de qualquer forma de representação permanente da empresa;
- j) Negociar e celebrar convenções colectivas de trabalho;

l) Contratar o pessoal e praticar os demais actos a ele relativos;

m) Deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração por qualquer título de bens móveis ou imóveis, precedendo, no caso de se tratar de bens imóveis, parecer favorável da comissão de fiscalização;

n) Celebrar contratos de arrendamento;

o) Celebrar contratos de mútuo e emitir obrigações;

p) Deliberar sobre a aquisição, oneração ou alienação de participações sociais, bem como sobre a dissolução, liquidação, fusão ou cisão das sociedades em cujo capital a empresa participe;

q) Desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, comprometer-se em arbitragens;

r) Nomear os representantes da empresa nas sociedades de que seja sócia e fixar as grandes linhas de orientação por eles a observar;

s) Praticar os demais actos que lhe caibam, nos termos da lei, do presente Estatuto e dos regulamentos da empresa.

3. O exercício da competência do conselho de gerência depende, nos casos previstos neste Estatuto, da autorização ou aprovação do Governo ou do parecer da comissão de fiscalização.

Artigo 17.º

(Presidente do conselho de gerência)

1. Compete especialmente ao presidente do conselho de gerência:

- a) Coordenar a actividade do conselho de gerência e convocar as respectivas reuniões, bem como as reuniões conjuntas deste conselho com a comissão de fiscalização, sempre que o julgue conveniente;
- b) Resolver sobre assuntos de carácter urgente que não possam aguardar decisão do conselho de gerência, ao qual serão presentes na reunião imediatamente seguinte;
- c) Representar a empresa em juízo ou fora dele;
- d) Exercer voto de qualidade e os demais poderes estabelecidos na lei ou no presente Estatuto.

2. O presidente pode, precedendo deliberação do conselho de gerência, delegar em um ou mais dos membros do conselho parte da competência que lhe é atribuída no número precedente, estabelecendo os limites e condições dos poderes delegados.

3. Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente do conselho de gerência será substituído pelo vice-presidente.

4. No caso de falta ou impedimento de ambos, as funções do presidente do conselho de gerência serão exercidas pelo administrador escolhido pelo conselho.

Artigo 18.º

(Reuniões)

1. O conselho de gerência reúne, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinaria-

mente, sempre que for convocado pelo presidente, quer por sua iniciativa, quer a requerimento da maioria dos administradores.

2. Apenas são válidas as convocações que se fizerem a todos os administradores.

3. Consideram-se regularmente convocados os administradores que:

- a) Hajam assinado o aviso convocatório;
- b) Tenham assistido a qualquer reunião anterior em que na sua presença houvessem sido fixados o dia e a hora da reunião;
- c) Tenham sido avisados por qualquer outra forma previamente acordada;
- d) Compareçam à reunião.

4. Os administradores consideram-se sempre devidamente convocados para as reuniões ordinárias que se realizem em dias e a horas preestabelecidos.

Artigo 19.º

(Deliberações)

1. Para o conselho de gerência deliberar validamente é, salvo o disposto no artigo seguinte, indispensável a presença pessoal e efectiva da maioria dos seus membros.

2. As deliberações do conselho são tomadas pela maioria dos votos expressos.

3. Não é admitido o voto por correspondência ou procuração.

4. De todas as reuniões serão lavradas actas.

Artigo 20.º

(Deliberação sobre delegação de poderes)

1. O conselho de gerência, pela maioria de dois terços do número estatutário dos seus membros, pode delegar poderes em qualquer ou quaisquer deles.

2. As delegações do conselho de gerência estabelecerão sempre os limites dos poderes delegados e o termo do respectivo exercício.

Artigo 21.º

(Suspensão da executoriedade das deliberações)

1. O presidente do conselho de gerência pode, mediante declaração fundamentada, suspender a executoriedade das deliberações relativamente às quais:

- a) Entenda necessário conhecer-se a orientação do Governo, através do Ministro da Tutela;
- b) Se verifique terem sido tomadas sem a presença de todos os membros em exercício e aprovadas por menos de metade dos mesmos.

2. No caso da alínea a) do número anterior, considerar-se-á que a apreciação da deliberação suspensa é devolvida ao prudente criatório do conselho de gerência se o Ministro da Tutela não se pronunciar nos quinze dias posteriores à suspensão.

3. As deliberações suspensas com fundamento na alínea b) do n.º 1 serão apreciadas na sessão seguinte do conselho de gerência.

Artigo 22.º

(Criação de um órgão de direcção)

Poderá ser criado um órgão de direcção no plano executivo, logo que a empresa atinja uma dimensão que o justifique, podendo nele ser delegados, com enumeração concreta, alguns dos poderes detidos pelo conselho de gerência.

Artigo 23.º

(Termos em que a empresa se obriga)

A empresa só se obriga:

- a) Pelas assinaturas conjuntas de dois administradores;
- b) Pela assinatura de um administrador que para tanto haja recebido delegação do conselho de gerência;
- c) Pela assinatura de procurador legalmente constituído, no âmbito dos poderes constantes da procuração;
- d) Pela assinatura de funcionário da empresa em quem tal poder tenha sido delegado e no âmbito da respectiva delegação.

SECÇÃO III

Da comissão de fiscalização

Artigo 24.º

(Composição)

1. A comissão de fiscalização é composta por três membros, que escolhem de entre si o presidente e o vice-presidente, e por dois suplentes, todos designados por três anos, renováveis.

2. Os membros da comissão de fiscalização serão nomeados por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Indústria e Tecnologia, sendo um efectivo e um suplente indicados de entre si pelos trabalhadores da empresa.

3. Um dos membros efectivos e um dos membros suplentes da comissão de fiscalização serão obrigatoriamente revisores oficiais de contas.

4. No caso de os trabalhadores da empresa não fazerem a indicação a que se refere o n.º 2 deste artigo até vinte dias decorridos da data da recepção do convite que para tanto lhes for dirigido, as nomeações do membro efectivo e do suplente a que se refere o n.º 2 serão feitas por livre escolha dos Ministros das Finanças e da Indústria e Tecnologia.

5. Ao mandato dos membros da comissão de fiscalização aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º

Artigo 25.º

(Remunerações, abonos e despesas de deslocação)

1. As remunerações dos membros da comissão de fiscalização que actuem em tempo parcial serão acumuláveis com quaisquer outras remunerações, dentro dos limites e condicionamentos legais estabelecidos.

2. Os membros da comissão de fiscalização que no exercício das suas funções hajam de deslocar-se da localidade onde habitualmente residem têm direito ao

abono das ajudas de custo em vigor na empresa e ao pagamento de despesas de transporte, nos termos que forem fixados pelo conselho de gerência.

Artigo 26.º

(Competência da comissão de fiscalização)

1. Compete à comissão de fiscalização:

- a) Velar pelo cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa;
- b) Fiscalizar a gestão da empresa;
- c) Acompanhar a execução dos planos de actividade e de financiamentos e dos orçamentos anuais;
- d) Examinar a contabilidade da empresa;
- e) Verificar as existências de valores de qualquer espécie pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, em depósito ou a outro título;
- f) Verificar se o património da empresa está correctamente avaliado;
- g) Verificar a exactidão do balanço, da conta de exploração, da demonstração dos resultados e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo conselho de gerência e emitir parecer sobre os mesmos, bem como sobre o relatório anual do referido conselho;
- h) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- i) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos actos do conselho de gerência nos casos em que, nos termos da lei ou do Estatuto, o deva fazer;
- j) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo conselho de gerência.

2. A comissão de fiscalização poderá fazer-se assistir, sob sua responsabilidade, por auditores internos da empresa, se os houver, e por auditores externos contratados pelo conselho de gerência.

3. A comissão de fiscalização tem livre acesso a todos os sectores e documentos da empresa, devendo para o efeito requisitar a comparência dos respectivos responsáveis.

Artigo 27.º

(Presidente da comissão de fiscalização)

A competência do presidente da comissão de fiscalização regula-se pelo disposto nas alíneas a), b) e d) do artigo 17.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 28.º

(Reuniões)

1. A comissão de fiscalização reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo presidente, quer por iniciativa sua, quer a requerimento de qualquer dos seus membros.

2. À convocação da comissão de fiscalização aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 18.º

Artigo 29.º

(Deliberações)

1. É requisito de validade das deliberações da comissão de fiscalização a presença pessoal e efectiva da maioria dos seus membros nas reuniões onde elas sejam tomadas.

2. As deliberações da comissão de fiscalização ficam sujeitas ao estabelecido no artigo 19.º, na parte aplicável.

Artigo 30.º

(Assistência às reuniões do conselho de gerência)

1. A comissão de fiscalização assistirá obrigatoriamente às reuniões do conselho de gerência em que se apreciem as contas do exercício.

2. Fora do caso previsto no número precedente, os membros da comissão de fiscalização poderão assistir, individual ou conjuntamente, às reuniões do conselho de gerência sempre que o presidente deste o entenda conveniente.

CAPÍTULO III

Intervenção do Governo

Artigo 31.º

(Do Ministro da Indústria e Tecnologia)

1. O Ministério da Tutela é o Ministério da Indústria e Tecnologia.

2. Compete ao Ministério da Indústria e Tecnologia, no exercício dos poderes de tutela:

- a) Decidir os recursos interpostos pelo presidente do conselho de gerência da não aprovação pela comissão de fiscalização de actos que requeiram a concordância desta, quando o desacordo respeite à conveniência ou oportunidade dos mesmos actos;
- b) Aprovar os planos plurianuais de actividade e financeiros;
- c) Aprovar o plano anual de actividades;
- d) Aprovar os orçamentos anuais de exploração e de investimento, bem como as suas actualizações, nos casos previstos na lei;
- e) Aprovar as contas da empresa e a aplicação dos resultados, designadamente a constituição de reservas;
- f) Aprovar os princípios a que deve obedecer a reavaliação e os respectivos coeficientes e os critérios de amortização e de reintegração dos bens da empresa;
- g) Conceder autorização para a prática dos actos previstos no n.º 2 do artigo 3.º;
- h) Fixar as remunerações dos membros do conselho de gerência e da comissão de fiscalização;
- i) Autorizar a acumulação de funções públicas com o cargo de membro do conselho de gerência, prevista no n.º 3 do artigo 12.º

3. A competência fixada nas alíneas b), c) e d) do número anterior será exercida com observância do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril.

Artigo 32.º

(Dos Ministros das Finanças e da Indústria e Tecnologia)

Compete aos Ministros das Finanças e da Indústria e Tecnologia:

- a) Autorizar a realização de empréstimos em moeda nacional por prazo superior a sete anos, ou em moeda estrangeira, bem como aprovar o plano e demais condições da operação, incluindo as garantias a prestar, sem prejuízo da legislação geral aplicável;
- b) Autorizar a emissão de obrigações;
- c) Autorizar a aquisição ou alienação de participações no capital de sociedades comerciais.

Artigo 33.º

(Dos Ministros da Indústria e Tecnologia e do Trabalho)

Compete aos Ministros da Indústria e Tecnologia e do Trabalho aprovar o estatuto do pessoal.

Artigo 34.º

(Sujeição ao planeamento económico nacional)

Na elaboração dos planos de actividade e financeiros da empresa, o conselho de gerência observará imperativamente as opções e prioridades fixadas nos planos nacionais de médio prazo.

CAPÍTULO IV

Da gestão patrimonial e financeira

Artigo 35.º

(Disposição e administração de bens)

1. A ENVC dispõe e administra os bens que integram o seu património sem sujeição às normas relativas ao domínio privado do Estado.

2. A empresa administra ainda os bens do domínio público do Estado afectos às actividades a seu cargo, mantendo em dia o respectivo cadastro, afectando-lhe os bens que nele convenha incorporar e desafectando os dispensáveis à sua actividade própria.

3. É da exclusiva competência da ENVC a cobrança das suas receitas, bem como a realização de todas as despesas inerentes à prossecução do seu objecto.

Artigo 36.º

(Princípios básicos de gestão)

1. A gestão da ENVC deve ser conduzida de acordo com os imperativos do planeamento económico nacional e segundo princípios de economicidade que possam ser objectivamente fixados e controlados em relação às diversas funções e actividades por ela desenvolvidas.

2. Na gestão da empresa observar-se-ão, nomeadamente, os seguintes princípios:

- a) Os preços praticados devem assegurar receitas que permitam a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados do autofinanciamento e de remuneração do capital investido;

b) Devem ser claramente fixados objectivos económicos e financeiros de médio prazo, designadamente no que respeita à remuneração do trabalho e do capital investido ou à obtenção de um adequado autofinanciamento;

c) A evolução da massa salarial deve respeitar os objectivos enunciados na alínea anterior, bem como a necessidade de adoptar políticas de preços que não acentuem seriamente as tensões inflacionistas, devendo sempre subordinar-se à política nacional de salários e rendimentos;

d) Na apreciação de projectos de novos investimentos deve procurar obter-se uma adequada taxa de rentabilidade financeira dos capitais investidos, sem prejuízo de, em relação a certos projectos, a determinação daquela taxa de rentabilidade poder basear-se numa análise de custos e benefícios económico-sociais;

e) Os recursos da empresa devem ser aproveitados nos termos que melhor sirvam a minimização dos custos de produção, com vista a atingir o máximo de eficácia na contribuição da empresa para o desenvolvimento económico e social.

Artigo 37.º

(Instrumentos de gestão previsional)

A gestão económica e financeira da empresa é planeada mediante a elaboração dos seguintes documentos:

- a) Planos plurianuais de actividade;
- b) Planos plurianuais de financiamento;
- c) Plano anual de actividade;
- d) Orçamentos anuais, individualizando, pelo menos, os de exploração e de investimento e suas actualizações.

Artigo 38.º

(Planos plurianuais de actividade e financeiros)

1. O plano plurianual de actividade deverá conter a ordenação das decisões no tempo, os aferidores de crescimento da empresa e os meios previstos para o respectivo *contrôle* e revisão.

2. Os planos financeiros devem prever, em relação aos períodos a que respeitem, a evolução das receitas e das despesas, os investimentos projectados e as fontes de financiamento a serem utilizadas.

3. Os planos financeiros plurianuais serão actualizados em cada ano e, com observância do disposto no artigo 36.º, deverão traduzir a estratégia da empresa a médio prazo.

Artigo 39.º

(Orçamentos)

1. A ENVC deve elaborar, em cada ano económico, orçamentos de exploração e de investimentos,

por grandes rubricas, a serem submetidos à aprovação do Ministro da Tutela, sem prejuízo dos desdobramentos internos destinados a permitir conveniente descentralização de responsabilidades e adequado *contrôle* de gestão

2. As actualizações orçamentais, a elaborar, pelo menos, semestralmente, devem ser aprovadas pelo Ministro da Tutela:

- a) Quanto aos orçamentos de exploração, desde que originem desvios significativos nos resultados;
- b) Quanto aos orçamentos de investimentos, sempre que, em consequência deles, sejam significativamente alterados os valores inicialmente atribuídos a cada grupo de projectos ou sector de actividade.

3. Os projectos dos orçamentos a que se refere o n.º 1 serão remetidos, até 30 de Outubro de cada ano, ao Ministro da Tutela, que os aprovará, depois de ouvido o Ministro responsável do planeamento, até 15 de Dezembro seguinte, considerando-se tacitamente aprovados uma vez decorrido aquele prazo.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a empresa deve enviar ao Ministro da Tutela e ao Ministro do Plano e Coordenação Económica, até 21 de Agosto de cada ano, uma primeira versão dos elementos básicos dos seus planos de produção e investimento para o ano seguinte, a fim de poderem ser considerados no processo de elaboração do plano económico nacional e de este poder ter, por sua vez, influência na fixação dos projectos definitivos dos orçamentos de exploração e de investimentos.

Artigo 40.º

(Amortizações, reintegrações e reavaliações)

1. A amortização e reintegração dos bens e a reavaliação do activo immobilizado serão efectuadas nos termos que forem definidos pelo conselho de gerência, com parecer favorável da comissão de fiscalização, de acordo com critérios aprovados pelo Ministro da Tutela, sem prejuízo da aplicabilidade do disposto na lei fiscal.

2. O valor anual das amortizações constitui encargo de exploração e será escriturado em conta especial.

3. A empresa deve proceder periodicamente à reavaliação do activo immobilizado, em ordem a obter uma mais exacta correspondência entre os valores patrimoniais e contabilísticos.

Artigo 41.º

(Aplicação dos resultados)

1. Se houver lucros, será constituída uma provisão para pagamento dos impostos que sobre eles incidem.

2. O remanescente, acrescido dos lucros que hajam transitado de exercícios anteriores, terão o seguinte destino:

- a) Compensação de prejuízos que hajam transitado de exercícios anteriores;
- b) Constituição ou reforço de reservas obrigatórias;

- c) Constituição ou reforço de reservas facultativas;
- d) Continuação na conta de ganhos e perdas para aplicação em exercícios futuros;
- e) Entrega ao Estado;
- f) Outras aplicações.

3. Na elaboração da proposta de aplicação do resultado do exercício o conselho de gerência deverá ter em conta as necessidades de retenção de lucros na empresa para fazer face ao reembolso de financiamentos contraídos e ao autofinanciamento de investimentos programados, bem como à compensação dos efeitos desfavoráveis da inflação monetária.

Artigo 42.º

(Reservas e fundos)

1. É obrigatória a constituição das seguintes reservas e fundos:

- a) Reserva geral;
- b) Reserva para investimentos;
- c) Fundo para fins sociais.

2. A reserva geral será constituída pela parte dos lucros de cada exercício, no mínimo de 10 %.

3. A reserva geral pode ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos de exploração.

4. A reserva para investimentos será constituída pelas verbas que, em cada ano, lhe foram destinadas pelo conselho de gerência, tendo em conta as necessidades financeiras da empresa, derivadas dos investimentos feitos ou a fazer, e ainda pelas que, nos termos da lei, lhe devem ser afectadas.

5. O fundo para fins sociais será constituído pela percentagem dos resultados que, para cada ano, for fixada e destina-se a financiar benefícios sociais ou fornecimento de serviços colectivos aos trabalhadores da empresa.

Artigo 43.º

(Contabilidade)

A contabilidade deve responder às necessidades da gestão empresarial corrente e permitir um *contrôle* orçamental permanente, bem como a fácil verificação de correspondência entre os valores patrimoniais e contabilísticos.

Artigo 44.º

(Documentos de prestação de contas)

1. Serão elaborados, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, os documentos seguintes:

- a) Relatório do conselho de gerência, dando conta da forma como foram atingidos os objectivos da empresa e analisando a eficiência desta nos vários domínios da sua actuação;
- b) Balanço e demonstração de resultados;
- c) Discriminação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos realizados a médio e longo prazos;
- d) Mapa de origem e aplicação de fundos.

2. Até 5 de Março do ano seguinte, o conselho de gerência remeterá à comissão de fiscalização os documentos indicados no número precedente referentes ao exercício terminado em 31 de Dezembro anterior.

3. Os documentos referidos no n.º 1 e o parecer da comissão de fiscalização serão enviados, durante o mês de Março, ao Ministro da Tutela, que os apreciará e aprovará até 30 de Abril, considerando-se aprovados tacitamente decorrido esse prazo.

4. Os documentos mencionados no n.º 1 serão, após a sua aprovação pelo Ministro da Tutela, enviados ao órgão central do planeamento.

5. O relatório anual do conselho de gerência, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer da comissão de fiscalização serão publicados no *Diário da República* por conta da empresa.

6. A apresentação para a publicação referida no número precedente deverá ser feita nos sessenta dias após a aprovação dos documentos dele mencionados.

Artigo 45.º

(Aprovação das contas)

1. As contas da empresa não são submetidas a julgamento do Tribunal de Contas.

2. A aprovação das contas da empresa compete ao Ministro da Indústria e Tecnologia, a quem deverão ser remetidas até ao final do mês de Março, acompanhadas de parecer da comissão de fiscalização.

Artigo 46.º

(Isenção de formalidades)

1. Os contratos, actos ou operações de qualquer natureza, mesmo os que dêem lugar a encargos em mais de um exercício que não seja aquele em que são celebrados ou praticados, estão isentos de visto do Tribunal de Contas e de registo na Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

2. Os contratos de arrendamento cuja celebração se mostre necessária à actividade da empresa, estão isentos de todas as formalidades exigidas para o arrendamento de imóveis ao serviço do Estado.

Artigo 47.º

(Cadastro)

O cadastro dos bens da empresa e do domínio público a cargo dela será actualizado até 31 de Dezembro de cada ano.

Artigo 48.º

(Arquivo)

1. A empresa conservará em arquivo os documentos da sua escrita principal e a correspondência pelo prazo de dez anos.

2. Poderão os documentos que devam conservar-se em arquivo ser microfilmados e os microfilmes autenticados com a assinatura do responsável pelo serviço.

3. Os originais dos documentos que hajam sido microfilmados nos termos do número anterior poderão ser inutilizados.

4. As fotocópias autenticadas de documentos arquivados têm a mesma força obrigatória que os originais, mesmo quando se trate de ampliações de microfilmes.

CAPÍTULO V

Do pessoal

Artigo 49.º

(Regime jurídico do pessoal)

O regime jurídico do pessoal é definido:

- a) Pelas leis gerais do contrato individual de trabalho;
- b) Pelas convenções colectivas de trabalho a que a empresa estiver obrigada;
- c) Pelas demais normas que integram o estatuto do pessoal da empresa, elaborado pelo conselho de gerência.

Artigo 50.º

(Comissões de serviço. Acumulações)

1. Podem exercer funções de carácter na empresa, em comissão de serviço, funcionários do Estado, das autarquias locais e dos institutos públicos, bem como trabalhadores de outras empresas públicas, os quais manterão todos os direitos inerentes ao seu quadro de origem, incluindo os benefícios de aposentação ou reforma e sobrevivência, considerando-se todo o período da comissão como serviço prestado nesse quadro.

2. Nas mesmas condições, também os trabalhadores da empresa podem exercer funções no Estado, autarquias locais, institutos públicos, outras empresas públicas ou nos órgãos de gestão de empresas subsidiárias ou associadas dos ENVC.

3. Os funcionários ou trabalhadores que, nos termos dos números precedentes, forem investidos em comissão de serviço poderão optar pelo vencimento auferido no quadro de origem ou pelo atribuído às funções da respectiva comissão.

4. O vencimento correspondente à comissão de serviço constituirá encargo da entidade para quem o serviço for prestado.

5. Os trabalhadores da empresa e os que, em comissão, se acharem ao serviço dela não poderão exercer cumulativamente funções públicas ou outras actividades profissionais, salvo se para tal forem autorizados pelo conselho de gerência.

Artigo 51.º

(Situação dos trabalhadores nomeados para cargos dos órgãos da empresa)

A situação dos trabalhadores dos ENVC que sejam chamados a ocupar cargos nos órgãos da empresa, em nada será prejudicada por esse facto, regressando aos seus lugares logo que termine o seu mandato.

Artigo 52.º

(Regime de providência do pessoal)

Ao pessoal da empresa é aplicável o regime geral da Previdência.

Artigo 53.º

(Regime fiscal do pessoal)

Os rendimentos do trabalho do pessoal da empresa estão sujeitos a tributação em termos idênticos aos

previstos na lei fiscal para os trabalhadores das empresas privadas.

Artigo 54.º

(Intervenção dos trabalhadores)

1. Os trabalhadores dos ENVC exercerão através dos seus órgãos representativos todos os direitos inerentes ao *contrôle* de gestão que vierem a ser consagrados na respectiva lei.

2. Os direitos reconhecidos no número anterior constarão expressamente do estatuto do pessoal da empresa.

CAPÍTULO VI

Regime fiscal da empresa

Artigo 55.º

(Regime fiscal)

A empresa fica sujeita à tributação directa e indirecta, nos termos gerais do direito fiscal.

O Ministro do Plano e Coordenação Económica, *António Francisco Barroso de Sousa Gomes*. — O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*. — O Ministro da Indústria e Tecnologia, *Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa*.

MINISTÉRIOS DO PLANO E COORDENAÇÃO ECONÓMICA E DO COMÉRCIO E TURISMO

Despacho ministerial

Por despacho do Ministro do Comércio Interno de 4 de Fevereiro de 1976, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 37, de 13 do mesmo mês, foi constituído um grupo de trabalho interministerial, tendo como objectivo a análise de indicadores do custo de vida, a partir de novas técnicas de recolha e de utilização de dados.

Posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 646/76, de 31 de Julho, foi criado, para funcionar na directa dependência do Primeiro-Ministro, um órgão de carácter técnico, informativo e consultivo, denominado Conselho Nacional de Rendimentos e Preços. A este órgão foi atribuída, entre outras funções, a de acompanhar a execução das medidas adoptadas pelo Governo em matéria de rendimentos e preços, para o que deverá proceder à análise de indicadores de avaliação dos respectivos resultados.

Assim, não se justificando a existência de um grupo de trabalho com funções paralelas a uma das que integram a competência do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, determina-se a revogação do aludido despacho ministerial de 4 de Fevereiro de 1976.

Ministérios do Plano e Coordenação Económica e do Comércio e Turismo, 26 de Novembro de 1976. — O Ministro do Plano e Coordenação Económica, *António Francisco Barroso de Sousa Gomes*. — O Ministro do Comércio e Turismo, *António Miguel Morais Barreto*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 851/76

de 17 de Dezembro

Tornando-se necessário definir a validade dos bilhetes de identidade emitidos nas ex-colónias enquanto sob administração portuguesa e introduzir pequenos ajustamentos ao Decreto-Lei n.º 64/76, de 24 de Janeiro, que a experiência revelou necessários;

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os bilhetes de identidade emitidos nas ex-colónias enquanto sob administração portuguesa constituem documento bastante para provar a identidade do seu titular perante quaisquer autoridades, repartições públicas ou entidades particulares, em condições idênticas aos actualmente emitidos pelos serviços nacionais, salvo quanto aos elementos, nacionalidade e residência.

2. Até 31 de Dezembro de 1977, o averbamento da residência actualizada nos bilhetes de identidade referidos no número anterior poderá ser suprido por simples declaração do respectivo titular, que, em caso de falsidade, fica sujeito às sanções previstas nas leis penais, mas agravadas.

Art. 2.º Os artigos 6.º, 43.º e 61.º do Decreto-Lei n.º 64/76, de 24 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

Art. 6.º — 1.

2. Os prazos de validade de cinco e dez anos poderão, havendo conveniência para o bom funcionamento dos serviços, ser prolongados por período não superior a um ano.

3.

4.

5.

Art. 43.º — 1.

2. Para os fins das alíneas a) e b) as penas de multa presumem-se cumpridas decorridos trinta dias após a condenação.

Art. 61.º — 1.

2.

3.

4. Os impressos que se destinam a pedido de emissão, renovação e actualização do bilhete de identidade, certidão de nascimento de modelo especial, certificados do registo criminal e informação escrita são isentos de selo.

Mário Soares — Henrique Teixeira Queirós de Barros — Joaquim Jorge de Pinho Campinos — António de Almeida Santos.

Promulgado em 4 de Dezembro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

4.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 520/76, de 5 de Julho:

Capítulos	Artigos	Números	Alíneas	Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Referência à autorização ministerial
1.º	2.º			Gabinete do Ministro Representação certa e permanente	10 000\$00	-\$	(a)
4.º				Gabinete do Secretário de Estado Horas extraordinárias	-\$	20 000\$00	(a)
	60.º			Deslocações	-\$	64 000\$00	
	61.º			Bens não duradouros:			
	64.º	1		Combustíveis e lubrificantes	-\$	17 000\$00	(b)
		3		Consumos de secretária	-\$	30 000\$00	(a)
	65.º			Conservação e aproveitamento de bens	-\$	26 000\$00	(a)
	66.º			Despesas gerais de funcionamento:			
		1		Encargos próprios das instalações	-\$	10 000\$00	(a)
		2		Comunicações	-\$	35 000\$00	(b)
		3		Representação	-\$	25 000\$00	(b)
		4		Trabalhos especiais diversos	-\$	20 000\$00	(e)
		5		Encargos não especificados	-\$	7 351\$00	(e)
5.º				Conselho Superior Judiciário Deslocações	12 000\$00	-\$	(b)
	69.º			Despesas gerais de funcionamento:			
	75.º	1		Encargos próprios das instalações	2 500\$00	-\$	(b)
		3		Comunicações	2 500\$00	-\$	(b)
8.º				Gabinete do Registo Nacional de Identificação Centro de Identificação Civil e Criminal Vencimentos e salários:			
	194.º	1	1	Vencimentos: Pessoal dos quadros aprovados por lei	300 000\$00	-\$	(a)
9.º				Centro de Informática do Ministério da Justiça Despesas gerais de funcionamento:			
	218.º	3		Locação de bens	-\$	400 000\$00	(c)
11.º				Direcção-Geral dos Serviços Prisionais Estabelecimento Prisional do Porto Bens não duradouros:			
	302.º	1		Combustíveis e lubrificantes	30 000\$00	-\$	(c)
		2		Alimentação, roupas e calçado	-\$	30 000\$00	(c)
				Cadeia Central de Lisboa Bens duradouros:			
	315.º	1		Material de aquartelamento e alojamento	140 000\$00	-\$	(d)
	316.º	2		Bens não duradouros: Alimentação, roupas e calçado	-\$	140 000\$00	(d)
				Cadeia Penitenciária de Coimbra Bens não duradouros:			
	341.º	3		Alimentação, roupas e calçado	-\$	85 600\$00	(c)

Capítulos	Artigos	Números	Alíneas	Rubricas	Reforços e inscrições	Anulações	Referência à autorização ministerial
11.º	343.º	1 2		Despesas gerais de funcionamento:			
				Encargos próprios das instalações	35 600\$00	-\$	(c)
				Encargos com a saúde	50 000\$00	-\$	(c)
				Prisão-Hospital de S. João de Deus			
	395.º	1		Bens não duradouros:			
				Matérias-pr.imas e subsidiárias	300 000\$00	-\$	(c)
				Prisão-Sanatório da Guarda			
	400.º	1		Bens duradouros:			
				Material de aquartelamento e alojamento	-\$	38 100\$00	(c)
	404.º	1		Investimentos:			
				Maquinaria e equipamento	38 100\$00	-\$	(c)
12.º				Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores			
				Escola Profissional de Santa Clara			
	503.º			Transferências — Instituições particulares	80 000\$00	-\$	(d)
				Instituto de S. José			
	513.º			Transferências — Institutos particulares	-\$	80 000\$00	(d)
13.º				Polícia Judiciária			
				Directoria			
	534.º	1 2		Investimentos:			
				Maquinaria e equipamento	-\$	600 000\$00	(d)
				Material de transporte	627 751\$00	-\$	(d) (e)
					1 628 051\$00	1 628 051\$00	

(a) Despacho de 17 de Novembro de 1976.

(b) Despacho de 9 de Novembro de 1976.

(c) Despacho de 12 de Novembro de 1976.

(d) Despacho de 19 de Novembro de 1976.

(e) Despacho de 10 de Novembro de 1976.

4.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 29 de Novembro de 1976. — O Director, Darwin de Vasconcelos.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado

Despacho

Pelo despacho ministerial de 29 de Agosto de 1975, publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 206, de 6 de Setembro de 1975, foi determinado que os estabelecimentos dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais e os serviços médicos das empresas em que trabalhem beneficiários da Previdência fossem dotados com o receituário em uso nas caixas.

Após a sua publicação reconheceu-se, no entanto, que o referido despacho carecia de uma regulamentação que definisse os critérios uniformes que deveriam presidir à aplicação do mesmo, de forma a con-

duzir ao seu real objectivo, o des congestionamento das consultas, e não à criação de situações de privilégio.

Considerando que os vários tipos de entidades que prestam assistência médica não apresentam características idênticas, entendeu-se aconselhável uma subdivisão entre os mesmos para a concessão do receituário, pelo que, em relação aos estabelecimentos dependentes da Secretaria de Estado da Saúde, a concessão do receituário fica apenas dependente de pedido destes à caixa distrital gestora de acção médico-social; enquanto para os outros a aplicação desta medida depende do estudo casuístico das situações, por forma a obstar a uma distribuição indiscriminada dos impressos em causa;

Considerando ainda que a presente medida tem de ser executada de forma que as instituições de previdência não percam o indispensável *contrôle* do novo circuito a estabelecer com a distribuição do receituário a unidades médicas que não são as da Previdência, procurou definir-se algumas normas que visam a veri-

ficação da entidade do beneficiário ou familiar pelas unidades prestadoras de assistência médica e que condicionam a prescrição do receituário.

Nestes termos, determino o seguinte:

I

Os impressos para receituário médico em uso nas instituições de previdência poderão ser distribuídos aos estabelecimentos de saúde dependentes da Secretaria de Estado da Saúde, bem como às instituições dependentes da Secretaria de Estado da Segurança Social que prestam assistência médica e empresas gestoras de serviços médicos privativos.

II

1. A distribuição dos impressos aos estabelecimentos de saúde integrados na Secretaria de Estado da Saúde depende apenas do pedido destes efectuado à caixa distrital gestora de acção médico-social.

2. A distribuição dos impressos às instituições integradas na Secretaria de Estado da Segurança Social que prestem assistência médica e às empresas gestoras de serviços médicos privativos depende de requerimento, apresentado pelas mesmas, à caixa distrital gestora de acção médico-social, à qual compeirá o deferimento do mesmo, ouvidas as instituições ou empresas interessadas e, sempre que necessário, as direcções clínicas das caixas.

III

1. As instituições dependentes das Secretarias de Estado da Saúde e Segurança Social a quem forem distribuídos impressos para receituário deverão utilizá-los em relação a todos os beneficiários e seus familiares que às mesmas se dirijam e provem ter direito à referida assistência.

2. O receituário distribuído às empresas gestoras de serviços médicos privativos será utilizado para os respectivos trabalhadores beneficiários da Previdência e para os seus familiares quando aquelas lhes prestem assistência.

3. Na situação prevista no número anterior não poderá o receituário ser utilizado em consultas domiciliárias, nem para beneficiários na situação de incapacidade temporária para o trabalho.

IV

1. O receituário das caixas só poderá ser passado pelo médico ao doente se este comprovar, pela apresentação do cartão de beneficiário ou credencial, que tem a qualidade de beneficiário ou familiar.

2. Os serviços administrativos dos estabelecimentos de saúde dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais, bem como das empresas, deverão autenticar o receituário com o respectivo carimbo, após confirmarem a identidade do beneficiário ou familiar.

3. As farmácias não poderão aviar as receitas médicas que não estejam devidamente autenticadas.

V

As instituições e empresas referidas na norma I serão responsáveis pelo uso indevido dos impressos para receituário médico que lhes forem distribuídos nos termos deste despacho.

VI

Compete à Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família tomar todas as providências que entender necessárias para a correcta execução deste despacho.

Secretaria de Estado da Segurança Social, 25 de Novembro de 1976. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Vitor Manuel Gomes Vasques*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

Resolução n.º 4/76

O Governo Central aprovou recentemente novas tabelas de fretes marítimos entre o continente e a Madeira.

Dado que a Região Autónoma da Madeira é extremamente dependente do transporte marítimo, através do qual se importa a maior parte dos bens necessários ao abastecimento público; dado que esses bens são, na sua grande maioria, importados do continente; dado que o continente funciona como intermédio na aquisição de um volume importante desses bens: torna-se evidente a grave consequência da elevação do custo de vida, em nítido prejuízo principalmente das classes mais desfavorecidas e do processo de socialização constitucionalmente consagrado.

Para além de não ser possível concordar com a política que o Governo Central está a seguir em relação à marinha mercante, verifica-se que a aprovação das referidas tabelas de fretes marítimos é inconstitucional.

Com efeito, e para além do disposto no n.º 1 do artigo 231.º da Constituição, dispõe o n.º 2 do referido artigo que «os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente às questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos de governo regional».

Ora, o n.º 1 do artigo 233.º da Constituição define que «são órgãos de governo próprio de cada Região a Assembleia Regional e o Governo Regional».

Sucede, porém, que nem a Assembleia Regional nem o Governo Regional foram ouvidos pelo Governo Central em relação ao aumento das tabelas dos fretes marítimos entre o continente e a Madeira, pelo que se verifica a violação do n.º 2 do artigo 231.º da Constituição.

Assim, nos termos da alínea h) do artigo 22.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, a Assembleia Regional adopta a resolução de solicitar ao Conselho da Revolução a declaração de inconstitucionalidade das normas elaboradas pelo Governo Central no tocante às novas tabelas de fretes marítimos entre o continente e a Madeira, por violação dos direitos da Região consagrados na Constituição, e nos termos previstos pelo n.º 1 do artigo 231.º da mesma Constituição Política da República.

Aprovada em 23 de Novembro de 1976.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.